



UFRN

coleção

TEXTOS

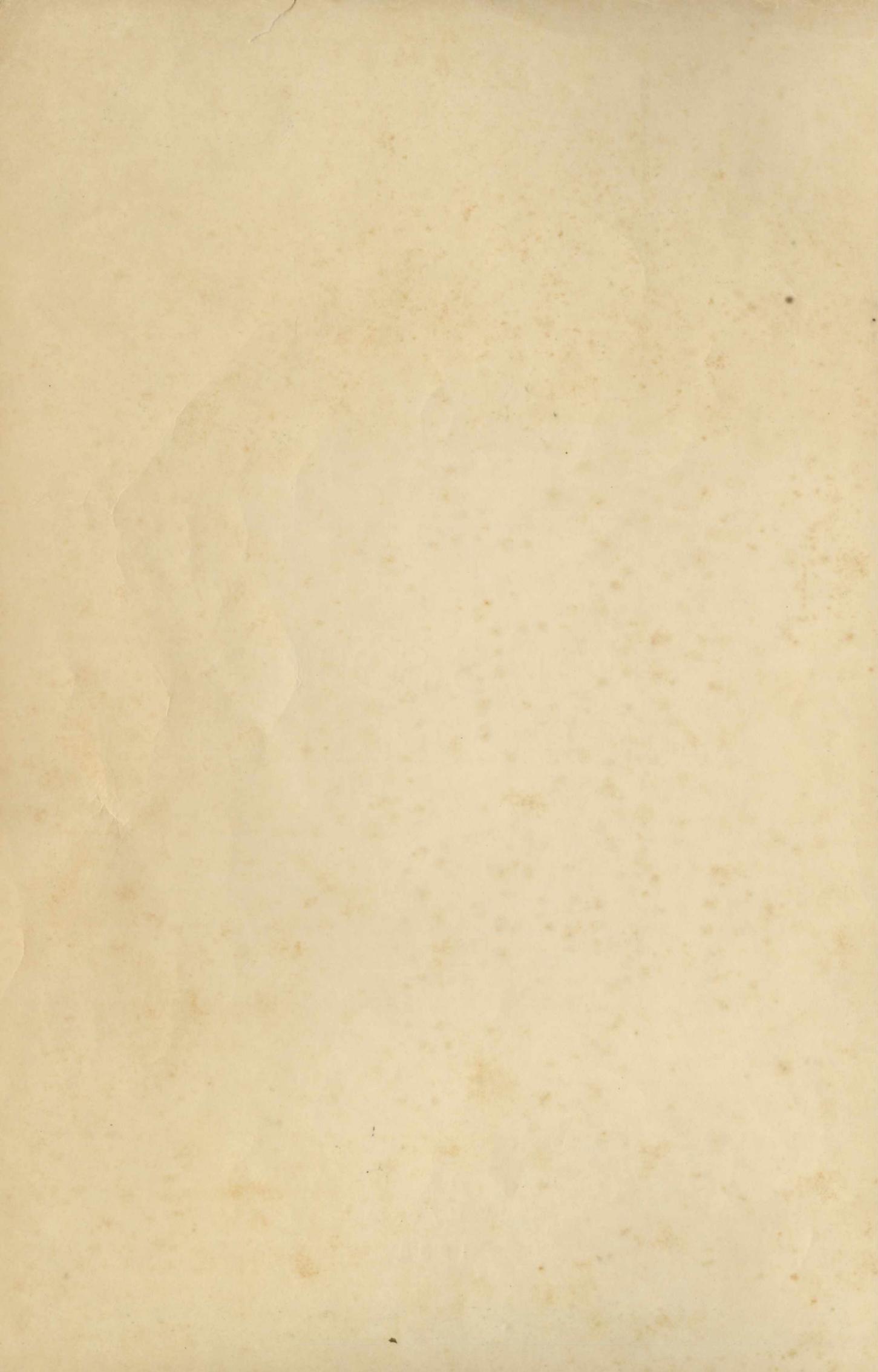
ACADÊMICOS

NOTAS SOBRE
A REGIÃO DE MACAU

PROJETO CAMUNDÁ
PRAEU / CRESM

1985

Região
de Macau
RN - Fide
1985





NOTAS SOBRE

REGIÃO DE PIAUÍ

SILBERTO AVELINO
JOSÉ LACERDA ALVES FELIX
MARLENE DA SILVA SOUZA
LUIZ DA CÂMARA CARVALHO
MARLETA SAIXY
NARCIS RODRIGUES DE MELLO

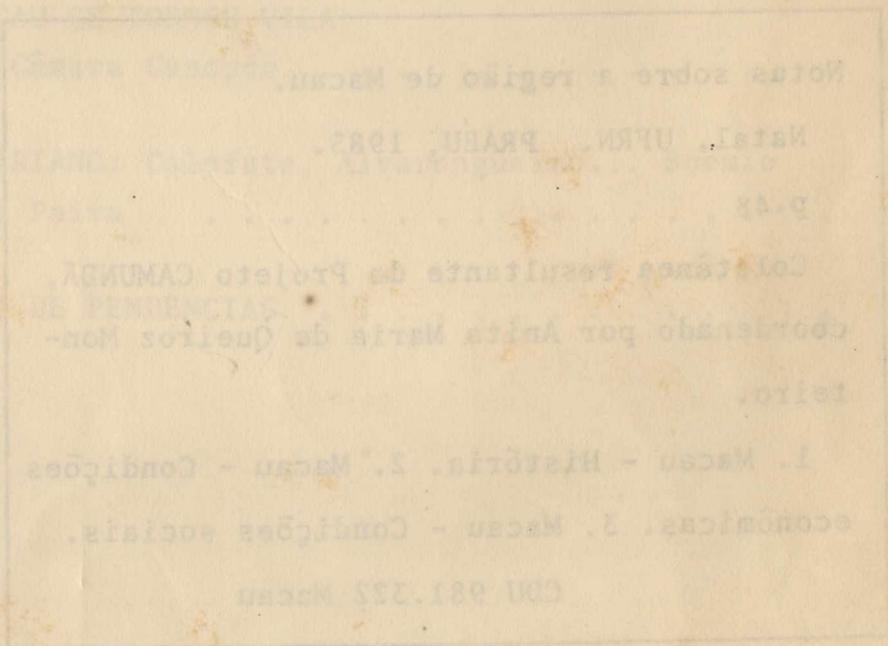
1985



NOTAS SOBRE

A REGIÃO DE MACAU

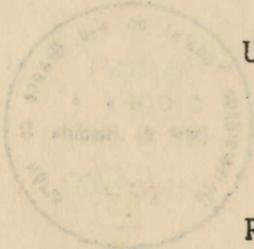
- GILBERTO AVELINO
- JOSÉ LACERDA ALVES FELIPE
- MARLENE DA SILVA MARIZ
- LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
- MARLÚCIA PAIVA
- MANOEL RODRIGUES DE MELO



1985

Dept. História - NEH
ACERVO BIBLIOGRÁFICO
RIO GRANDE DO NORTE

Labim/UFRN



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

REITOR: Prof. Genivaldo Barros

VICE-REITOR: Prof. Daladier Pessoa Cunha Lima

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO: Prof. Geraldo dos Santos Queiroz

DIRETOR DO CENTRO REGIONAL DE ENSINO SUPERIOR DE MACAU:

Maria Vilma Pinheiro de Souza

Notas sobre a região de Macau.

Natal, UFRN. PRAEU, 1985.

p.48

Coletânea resultante do Projeto CAMUNDÁ,
coordenado por Anita Maria de Queiroz Mon-
teiro.

1. Macau - História. 2. Macau - Condições
econômicas. 3. Macau - Condições sociais.

CDU 981.322 Macau



SUMÁRIO

	Pág.
1. APRESENTAÇÃO	4
2. CANTO PARA MACAU Gilberto Avelino	6
3. ASPECTOS GEO-SÓCIO-ECONÔMICOS DA REGIÃO DE MACAU O ESPAÇO REGIONAL José Lacerda Alves Felipe	9
4. MACAU - HISTÓRIA: ORIGEM E SOCIEDADE Marlene da Silva Mariz	15
5. O FORTIM DA ILHA DE MANUEL GONÇALVES Luís da Câmara Cascudo	21
6. COMO MACAU SE TORNOU VILA Luís da Câmara Cascudo	24
7. CHICO MARIANO: Calafate, Alvarengueiro... Boêmio Marlúcia Paiva	26
8. MEMORIAL DE PENDÊNCIAS	34



MEMORIAL DE HISTÓRIA DO INSTITUTO DE ECONOMIA DO RIO GRANDE DO NORTE

Este memorial tem por objetivo apresentar a história do Instituto de Economia do Rio Grande do Norte, desde sua criação em 1964 até o presente momento.

O Instituto de Economia do Rio Grande do Norte foi criado em 1964, durante o governo do então governador Agostinho Neto. Sua criação foi resultado de um projeto de lei apresentado pelo deputado estadual João Jacintho Alves Felipe.

O primeiro diretor do Instituto foi o professor João Jacintho Alves Felipe, que permaneceu no cargo até 1968. Durante este período, o Instituto realizou diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Em 1968, o Instituto passou a ser dirigido pelo professor João Jacintho Alves Felipe, que permaneceu no cargo até 1972. Durante este período, o Instituto realizou diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Em 1972, o Instituto passou a ser dirigido pelo professor João Jacintho Alves Felipe, que permaneceu no cargo até 1976. Durante este período, o Instituto realizou diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Em 1976, o Instituto passou a ser dirigido pelo professor João Jacintho Alves Felipe, que permaneceu no cargo até 1980. Durante este período, o Instituto realizou diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Em 1980, o Instituto passou a ser dirigido pelo professor João Jacintho Alves Felipe, que permaneceu no cargo até 1984. Durante este período, o Instituto realizou diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Em 1984, o Instituto passou a ser dirigido pelo professor João Jacintho Alves Felipe, que permaneceu no cargo até 1988. Durante este período, o Instituto realizou diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado.

Em 1988, o Instituto passou a ser dirigido pelo professor João Jacintho Alves Felipe, que permaneceu no cargo até 1992. Durante este período, o Instituto realizou diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Estado.



A P R E S E N T A Ç Ã O

Este conjunto de notas sobre a região de Macaú faz parte dos resultados do Projeto CAMUNDÁ, desenvolvido em 1984 pela Pró-Reitoria para Assuntos de Extensão Universitária da UFRN e Centro Regional de Ensino Superior de Macaú - CRESM, com objetivo de coletar informações sobre Tecnologias Populares e Manifestações Culturais próprias da região.

Esta publicação torna-se importante pelo resultado obtido que atende a intenção de devolver à comunidade notas informativas sobre as características física, histórica e sócio-econômica de Macaú e sua região.

Os trabalhos incluídos nesta coletânea reúnem a contribuição de pesquisadores como Luís da Câmara Cascudo e Manoel Rodrigues de Melo, com a reedição de seus trabalhos, editados em 1943, 1944 e 1945, respectivamente; como também de professores e alunos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Os trabalhos, sempre ligados à temática regional, enfocam assuntos diversos. Com relação ao "CANTO PARA MACAÚ" de autoria do poeta Gilberto Avelino, representa uma introdução a essas notas, em forma de homenagem à cidade.

O trabalho do Prof. José Lacerda Alves Felipe aborda as características físicas da região e da cidade de Macaú, incluindo suas especificidades e diversificação da sua estrutura econômica.

O trabalho da Profª Marlene da Silva Mariz, que contou com a colaboração dos alunos Francisca Ângela da Silva e Francisco das Chagas Florêncio, trata da origem e da formação do Núcleo Urbano, da constituição da sua população e, através da análise das fases de desenvolvimento de Macaú e sua região, destaca por um lado mudanças ocorridas nos setores de produção e, por outro, problemas decorrentes dessas mudanças. Destaca ainda a ação governamental e suas conseqüências.

Os dois trabalhos de Luís da Câmara Cascudo constam de histórico comentado; o primeiro sobre a existência do

Fortim da Ilha de Manoel Gonçalves, permeado de registros de acontecimentos ocorridos na época; o segundo, denominado "Como Macau se tornou Vila", destaca a existência de dois grupos opositores da região, os quais participaram do processo de luta com relação à viabilidade ou não de Macau tornar-se vila.

O Prof. Zilmar Bezerra, com o resgate da "História de Vida" do macauense Chico Mariano, contribui para o enriquecimento da memória popular e deixa perceber os valores sociais que norteiam o pensar, o sentir e o agir de uma categoria social macauense em um dado momento histórico. A redação final do trabalho foi de responsabilidade da Profª Marlúcia Paiva, do Departamento de Educação da UFRN.

Por último, tem-se o "Memorial de Pendências" de Manoel Rodrigues de Melo, o qual serviu de base para emancipação da hoje Cidade de Pendências. Nele encontra-se uma rica descrição dos aspectos físico e sócio-econômico de Pendências, então Distrito de Macau.

O conjunto destas notas, além de contribuir para o conhecimento de variados aspectos da região de Macau, e sobretudo um instrumento didático de apoio às atividades de ensino de 1ª e 2ª graus na região.

ANITA MARIA DE QUEIROZ MONTEIRO

Coordenadora do Projeto CAMUNDÁ

JUNHO DE 1985

CANTO PARA MACAU

GILBERTO AVELINO

Este é o sol que quero,
incandescendo as águas
e as rosas de espumas,
suspensas no ar, levemente.

Esta é a terra que amo.
De rio em preamar sereno,
onde, entre ferrugens e sombras,
descansam âncoras, e navegam
fantasmas de barcos cinzentos.

De moinhos, que eram girassóis aos ventos,
girando, rangendo,
as águas levando para o amanhã do sal.
Hoje, imóveis moinhos
sob estáticos azuis,
ausentes de lestes.
Adeus. Não haveis de girar mais
ô solitários vigias das águas.

Esta é a terra que amo.
De miragens, peixes e búzios,
de cheiro intenso de maresia,
de fosforescentes ostras, de corte de navalha,
enlaçadas no caule dos mangues escuros.
De aves em brancos vôos,
eternizando os gestos
e os passos da infância.

Esta é a terra que amo.
De ruas compridas, com nomes claros,
lembrados de novo:
Rua do Cordão Azul,

onde moro e cultivo
cristais, sons, soledades,
com que teço o sonho.

Rua da Gameleira,
em que vive Geraldo,
velho andarilho do mar,
e prático de todas as barras.

Rua São José,
adormecendo em brando sudeste
na noite de lua alta...

De ribas, trapiches, rampas,
de roxos mariscos cozidos,
de lentos caranguejos
em grandes marés de janeiro.

Entre algas e salsugens,
evoco-te, cantando:

Porto do Roçado, Porto das Oliveiras,
Porto de São Pedro,
de onde, em círculos transparentes
de águas circunvagando à ilha,
o rio vai ao mar,
os pescadores conduzindo em frágeis quilhas.

- Pescais xaréus, curimãs, cavalas, ciobas,
e peixes de ardentes escamas,
para o humano contentamento, à paz à fome.

Ondas, cantai em louvor dos bairros tristes...
Pelos instrumentos de árduo trabalho,
ainda insepultos, cantai.

Adeus, marítimos, conferentes, estivadores.
Este rio e este mar, não mais domais.

Sinos, dobrai pelas papoulas mortas,
de flores que amareleciam às manhãs
E pelo meus e os amigos
que estão, além dos astros.

Por meu Pai, dobrai.
Poeta maior,
arrebatado da voz do atlântico,
de coração de piloto incendiado
de auroras e crepúsculos marinhos,
exaltando o teu chão:

"Macau, canção do meu amor, doce ária.
Meu sentimento, que se tornou grande,
lá na tristeza da angra solitária".

Rosa de ventos,
rosa de espumas,
rosa úmida do chão de sal,
rosa de carne
da tua ilha irmã,
escondida pelo mar
em fúrias de ondas,

a tua alegria ou o teu pranto,
acalanto e canto.

Prolongamento que és da ilha submersa,
de ermas ruas lá dentro das águas,
bendigo o teu nome de raiz que ampara:
Ama-goa, Ama-Kao, Macau,
resplandecendo nos olhos de faróis atentos
de Santa Maria, a Virgem dos Navegantes.

Esta é a terra que amo.
De rio em preamar sereno,
onde, entre ferrugens e sombras,
descansam âncoras, e navegam
fantasmas de barcos cinzentos.

ASPECTOS GEO-SÓCIO-ECONÔMICOS DA REGIÃO DE MACAU

O ESPAÇO REGIONAL

JOSÉ LACERDA ALVES FELIPE

A Micro-Região Salineira Norte-rio-grandense (MR-79), composta dos municípios de Areia Branca, Grossos, Mossoró, Car^{na}ubais, Macau, Pendências, Alto do Rodrigues e Guamaré subdi^{vi}de-se em duas regiões; uma liderada por Mossoró, que mantém sob a sua influência mais direta os municípios salineiros de Areia Branca e Grossos, parte do Vale do Açu, do Vale do Apodi e da Região Serrana Norte-rio-grandense.

A outra é liderada por Macau, que mantém, embora de forma frágil, influência sobre os municípios de Pendências, Guamaré e Alto do Rodrigues.

Essa segunda, que nesse trabalho resolvemos chamar de Região de Macau, situa-se em terrenos sedimentares (1), cortados pelo Rio Piranhas-Açu (recentemente perenizado pelo represamento feito por um sistema de Barragens ao longo do seu curso, sendo a principal delas a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves no município de Açu) e por pequenos cursos d'água intermitentes e geralmente tributários do rio principal.

A Região de Macau localiza-se na várzea terminal do Rio Piranhas-Açu, que logo depois da cidade de Pendências espalha suas águas por uma imensa planície que fica afogada nos períodos das enchentes e que se transforma no "deserto Salino", quando o rio baixa e volta ao seu leito normal depois das chuvas. (2)

O trabalho geomorfológico feito pelo rio, nivelando e tornando plana essa área, através da deposição de materiais (argilas e areias) arrastados pelas suas correntezas, associados aos ventos secos que sopram forte sobre essa várzea plana (planície do sal), a escassez ou concentração das chuvas em 2 ou 3 meses do ano (fevereiro a abril), a insolação constante que elevam os índices de aridez são os elementos principais para a existência das salinas nessa região. (3)

A vegetação regional é caracterizada pela presença

da caatinga nos tabuleiros e terraços e pela floresta de carnaúbas na várzea e barrancos do rio Piranhas-Açu. Essa floresta de carnaubeiras ladeia o rio nas suas duas margens e diminui a sua intensidade nos solos salgados da várzea próxima à maré.

Essa várzea salgada favorece a existência da vegetação de mangues que ocupa todo estuário do rio. Hoje esses manguesais encontram-se reduzidos, pois grandes áreas constituídas desses vegetais foram desmatadas para originar salinas. (4)

Desmatamentos também estão ocorrendo na floresta de carnaubeiras, que está sendo derrubada para dar origem a áreas agricultáveis.

AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS DA REGIÃO

Segundo dados do censo de 1980, a área dessa região de Macau (Macau, Pendências, Alto do Rodrigues e Guamaré), é de 1.679 km² e neles reside uma população de 42.143 habitantes, sendo Macau o município mais populoso dessa área, com uma população de 24.071 habitantes.

Vale salientar que a população de Macau era maior, pois o censo de 1970 dava para o município um contingente populacional de 25.789 habitantes. Essa redução do número de habitantes deve-se às transformações havidas com a mecanização das salinas e a construção do Porto-Ilha de Areia Branca, que ocasionaram desemprego em massa dos trabalhadores ligados à produção e transporte do sal.

Algumas categorias de trabalhadores como os alvaregueiros (embarcações que trabalhavam no transporte do sal), ficaram sem emprego e migraram para outras cidades portuárias, principalmente do Sul/Sudeste do país. (5)

Macau, no momento em que essas transformações estavam ocorrendo na sua economia - com reflexos profundos na sua sociedade - não teve poder político e capitais para se envolver

em uma nova base econômica, que a conjuntura do momento indicava: aquela representada pela expansão dos serviços e comércio, aliados a um incipiente e seletivo processo de industrialização com base nos incentivos fiscais. Setores como esses, além da expansão da construção civil, garantiram a Natal e Mossoró a manutenção dos seus índices de crescimento, especialmente dinamizados nessa última cidade, para aliviar as tensões sociais com o desemprego nas salinas e na agro-indústria nas duas últimas décadas. (6)

Macau não encontrou, assim, uma alternativa econômica ao trabalho das salinas, que absorvesse o contingente de trabalhadores desempregados pela modernização das salinas e do transporte do sal através do Porto Ilha de Areia Branca.

A cidade apresenta, em 1970, 68% da sua população economicamente ativa (PEA) na situação de desempregados e a cidade aparece, em um dado momento dessa crise, como um grande dormitório de aposentados e de trabalhadores sobrevivendo com o "benefício" do INPS.

A partir desse quadro a cidade começa a reivindicar estradas e empreendimentos que gerem empregos para a sua população. Projetos já bastante discutidos são colocados como solução para os problemas de Macau e sua região, como é o caso do aproveitamento das águas-mães e da fábrica de Barrilha, empreendimentos amplamente viáveis diante das potencialidades geoeconômicas da região.

Esses dois projetos vêm se desenvolvendo com inexplicável morosidade, a despeito de toda viabilidade das construções e equipamentos firmados e alocados para a fábrica de Barrilha.

A despeito disso, nestes últimos anos surgiram outras alternativas econômicas para dinamizar a economia da região, que com exceção de Macau e Guamaré tinha bases fincadas na agricultura de subsistência (produção de alimentos), na pecuária, em uma incipiente produção de algodão e no extrativismo da palha de carnaúba para confecção da cera.

Essas alternativas estão representadas, no caso específico de Macau e Guamaré, pelo aproveitamento de áreas de sa-

linas para criação de camarões e do seu alimento mais rico, a artêmia. E na região, como um todo, pelas perfurações bem sucedidas da Petrobrás, com uma extração significativa de petróleo e gás no continente e na plataforma continental da região.

ESTRUTURA ECONÔMICA DA REGIÃO

A região de Macau, portanto, desenvolveu uma estrutura econômica diversificada mas pouco dinâmica, representada pela indústria salineira e a pesca no litoral de Macau e Guamaré e pela pecuária, algodão, culturas alimentares (milho e feijão) e cera de carnaúba nos municípios de Pendências e Alto do Rodrigues.

Tanto a pesca no litoral de Macau e Guamaré como as culturas alimentares (milho e feijão), no restante da área, são atividades de subsistência das populações, portanto destinadas ao consumo dos próprios produtores, sem sobrar muita coisa que possa ser comercializada.

Esse quadro da estrutura econômica da região evidencia um setor industrial ainda voltado de forma quase exclusiva para a extração e beneficiamento do sal e uma incipiente indústria alimentar.

O setor de serviços apresenta Macau e Pendências com relativa estrutura de serviços de saúde e educação, sendo que Macau possui inclusive cursos de 3º grau.

O comércio é ainda frágil e atua como complementar ao comércio de Natal, sendo Macau o centro mais dinâmico de sua região.

Esse quadro pode ganhar maior dinamicidade por conta das perspectivas econômicas já delineadas nesse trabalho (criação de camarões em viveiros, extração e transporte de petróleo e gás), mas também pelas transformações que certamente ocorrerão no setor primário (agricultura e pecuária), por conta da perenização do rio Piranhas-Açu, que viabiliza a agricultura

irrigada nos solos da várzea e nos tabuleiros que ladeiam o va
le. (7)

Junte-se a essas expectativas mais concretas as ou-
tras duas que, em forma de sonho, vêm acalentando Macau nas
duas últimas décadas: o aproveitamento industrial das águas-
mães e a fábrica de Barrilha agora sob o controle da Petro-
brás.

Mas, para que essa estrutura se transforme e resulte
em benefícios para a população da região, é preciso que a mesma
se organize politicamente e continue a reinvidicar essas melho-
rias, começando pela conclusão de capeamento asfáltico da es-
trada que liga Macau a Natal, outro sonho que a região acalen-
ta há bastante tempo.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS SOBRE A GEOLOGIA DA ÁREA

- (1) Ver SILVA, Antônio Campos e. "Considerações sobre o Quaternário do Rio Grande do Norte" - Coleção Mossoroense, Série B, nº 386, 1983.
- (2) Sobre o assunto, consultar a revista Terra e Sal, nº 3, o artigo intitulado "Introdução à História do Sal", de autoria de José Lacerda, Carlos Escóssia e José Victor.
- (3) Ver artigo acima citado.
- (4) Estudo sobre a vegetação de áreas salineiras foi efetuado pelo botânico Dardano de Andrade Lima, publicado na Coleção Mossoroense nº 247, 1976, com o nome de "Notas para a Fitogeografia de Mossoró, Grossos e Areia Branca".
- (5) Sobre o assunto, consultar os seguintes trabalhos: de Padre Penha, na revista Terra e Sal, nº 1, de Geraldo Margela, Dissertação de Mestrado publicada na coleção "Textos Acadêmicos", da UFRN, com o título "Operários do sal: Dois Séculos de Exploração", e ainda o trabalho da Professora Clotilde Santa Cruz Tavares, intitulado "Renda e Condições de Vida no Município de Macau", publicado em Cadernos Funpec nºs 2 e 3, maio de 1983.
- (6) Ver publicação da Coleção Mossoroense nº 164, intitulado "O Urbano no Rio Grande do Norte - Notas para Estudo", de José Lacerda Alves Felipe.
- (7) Sobre o Projeto Baixo-Açu, ver trabalho da Professora Tereza Aranha, publicado na revista Terra e Sal, nº 4.

MACAU

HISTÓRIA: ORIGEM E SOCIEDADE

MARLENE DA SILVA MARIZ

A doação de uma Data de Sesmaria a Matias de Albuquerque (fidalgo nascido no Brasil e falecido em Portugal), por seu pai, provavelmente no início do século XVII, definiu a primitiva região de Macau.

Começando na barra do rio Mossoró, tal região compreendia ilhas do rio Açu, Guamaré e o interior de Pendências, estando aí incluídas as ilhas de Manoel Gonçalves e Alagamar, onde está localizada a cidade.

A população primitiva limitava-se a uns poucos indígenas do vale do Baixo Açu e pequenos núcleos de pescadores portugueses residentes na ilha de Manoel Gonçalves. Constantemente estes visitavam a ilha de Alagamar, de onde levavam provisões de sal para o salgamento dos pescados e faziam aguadas na ilha de Casqueiras. Há indícios de que a caça era abundante nas baixadas naturais da região, onde eram encontradas emas e caititus. Supõe-se que elas tenham sido fonte de abastecimento de carne para os portugueses residentes na ilha de Manoel Gonçalves.

Embora o sal tenha sido sempre abundante na área, constatando-se sua existência tão logo iniciou-se a exploração e povoamento, a pouca importância dada pela metrópole ao produto, deveu-se, com certeza, à política portuguesa protecionista com respeito à sua indústria salineira em detrimento da colônia.

Com a expansão humana na região, surgiram as fazendas e com elas a criação bovina e eqüina e roçarias de mandioca. No litoral praticava-se a pescaria, chegando-se a exportar o peixe seco, a carne de sol, couros, com o trabalho de homens livres e escravos, havendo pouco registro da participação indígena no povoamento das aldeias já organizadas.

A ilha de Manoel Gonçalves era o principal centro econômico, produzindo sal, com currais de peixes, farinhadas,

comerciantes de tecidos, secos e molhados. O povoado possuía umas 30 casas, uma Capela de Nossa Senhora da Conceição, cerca de 200 habitantes e um grande Cruzeiro de Madeira. (1) Localizava-se ao sul da atual Macau e a noroeste da pequena praia de Tubarão e teria recebido esse nome por volta de 1712, provavelmente, em virtude de ter sido Manoel Gonçalves o seu primeiro ocupante, muito embora não exista qualquer documento nesse sentido. (2)

A preferência desta ilha para o povoamento inicial e não a área hoje ocupada pela cidade deveu-se, com certeza, ao fato da inexistência de água potável nesta última. (3)

A partir de 1820 a ilha de Manoel Gonçalves começou a sofrer um processo de submersão e seus habitantes foram se transferindo paulatinamente para Macau, na época um pequeno povoado, para onde levaram também o Cruzeiro de Madeira, conhecido como Frei Vital, encontrado ainda hoje na Matriz da cidade. (4)

A história de Macau, responsável por 50% da produção salineira do Rio Grande do Norte, começa, a partir de então, quando se acentua o seu povoamento como elementos vindos não somente da ilha de Manoel Gonçalves, mas também de várias outras procedências. A data provável da expansão demográfica de Macau é apontada por Cascudo como entre 1820-1830. (5)

Em 1857 os roteiros de navegação informavam que a ilha de Manoel Gonçalves deixara de existir.

Em 1845, Macau, que acompanhava o lento ritmo de desenvolvimento de toda a província do Rio Grande do Norte, com cerca de 35 proprietários e 25 comerciantes, apresentava-se com 138 nomes responsáveis para pleitear sua elevação a município. Dois anos depois conseguia o seu intento. Em agosto de 1854 era elevada a freguesia com a mesma padroeira da ilha de Manoel Gonçalves, Nossa Senhora da Conceição. (6)

Ao tornar-se município, Macau desmembrou-se de Angicos com o nome de Vila de Macau. Em 1875 recebeu honras de cidade, conservando a mesma denominação. Do município de Macau desmembraram-se, depois, Pendências, em 1953, e Guamaré

em 1963.

O povoamento apresenta características específicas desde os seus primeiros momentos. Face a abundância do sal, que brotava na região como se fora vegetação, incentivava-se o surgimento de uma indústria salineira. O homem da terra volta-se para essa atividade, que inicialmente foi artesanal, de uma forma mais rústica que a portuguesa, uma vez que não contava com subsidiárias que lhe promovessem insumos para facilitar o processo extrativo do sal. Quase todos os instrumentos para a colheita eram produzidos na própria região.

A comercialização do produto das salinas era feita através de iates e outras pequenas embarcações a vela, que vinham deixar mercadorias que não existiam, tais como gêneros alimentícios em geral, frutas, açúcar e aguardente negociada nos engenhos banguês próximos dos portos do litoral. (7)

Este quadro geral sofre modificações quando grandes empresas do sul - Conde Pereira Carneiro e Companhia Comércio e Navegação - investem na produção local. Com a penetração do capital do sul são construídas grandes salinas para a época, com o aproveitamento da força eólica para movimentação das águas, sendo instalados, inclusive, cataventos monumentais tidos como máquinas modernas, expressando um significativo avanço no volume da produção. O que merece destaque, entretanto, é a presença regular de navios de propriedade das companhias, o que efetivamente vai dinamizar a sociedade local. Os navios faziam o transporte do produto para o sul do país.

Esse fato ensejou o aparecimento de novas profissões na região, tais como: o barcaceiro - que tripulava as barcas; o estivador - que fazia o recheio nos porões dos navios; os conferentes - para conferir as lingadas postas no porão; e os práticos de barras - que conduziam os navios ao ancoradouro no lamarão a 15 milhas da costa, onde se operava o processo de embarque.

O surgimento de novos segmentos na sociedade de Macau dinamizou de forma significativa a sua população, através da criação de uma consciência de classe entre os que laboravam na orla marítima, agora em convivência com elementos

da tripulação dos navios, viajados e conseqüentemente politizados e conhecedores dos seus direitos de trabalho.

Com efeito, desse intercâmbio natural surgiram os Sindicatos de Classe. Com a sua instalação, esses sindicatos passaram a reivindicar os direitos dos seus associados. O interessante a se notar é que os direitos surgiram antes mesmo das leis. Isto pela particularidade das situações locais, constituindo uma luta de muitos anos, com resultados favoráveis, vez que os associados passaram a usufruir de privilégios que não eram comuns ao restante da população. Essa situação sustentou-se até 1964, quando a crise nacional modificou a situação local. Mas, a falta de coesão da classe trabalhadora provocou a sua total desarticulação.

No que se refere ao setor patronal, até então detentor de capital nacional, as dificuldades também se multiplicaram, fomentando o clima ideal para penetração das multinacionais.

O inverno de 1964 trouxe imensos prejuízos ao parque salineiro do nordeste e com ele a escassez do sal, provocada pela destruição das reservas, levadas pelas enchentes. As medidas tomadas pelo Instituto Brasileiro do Sal, foram totalmente negativas, uma vez que o país passou a importar sal de nações da Europa e do Norte da África. Como resultado dessas medidas, as três maiores empresas salineiras foram vendidas a grupos multinacionais.

Merece ainda destaque o fato de que as empresas nacionais vendidas já haviam ingressado num processo de modernização, trazendo como conseqüência o desemprego de cerca de 30.000 pessoas, entre salineiros e operários de empresas subsidiárias.

Nesse quadro, alguns segmentos conseguiram se apoiar pela Previdência Social como aposentados. Os demais tiveram que enfrentar a dura realidade da fome e do desemprego.

Analisando o processo histórico de desenvolvimento de Macau, constata-se que a mesma apresenta várias fases críticas. Do fim do século XVII até 1910, houve uma fase de importação de sal durante anos seguidos. A partir de 1930, até

1963, houve um verdadeiro surto de avanço tecnológico e conquistas trabalhistas para a classe operária, com a euforia dos sindicalistas.

Nesse sentido, encontram-se registrados discursos de parlamentares norte-rio-grandenses, como Café Filho, que reivindicavam em favor de incentivos e da retirada dos entraves que obstaculavam a exportação do sal norte-rio-grandense.

A qualidade e a quantidade do sal macauense são, então, difundidas pela política governista, como reconhecimento do seu valor para a economia nacional.

Mas, o governo populista de João Goulart, no início dos anos sessenta, acabou polarizando ideologicamente a população trabalhadora, levando-a a uma sucessão de greves, às vezes injustificáveis, que acirravam ânimos e paralisavam o trabalho. Ademais, o advento do Porto Ilha, implantado para facilitar o escoamento da produção, fez com que cessassem as atividades dos alvarengueiros, estivadores, conferentes e práticos da barra na cidade de Macau. Barateados os custos, beneficiaram-se as grandes empresas, com irreparáveis danos para a sociedade local, já que não foram criadas outras alternativas econômicas.

Daí decorre que os contrastes se acentuaram, não deixando de serem preocupantes os percentuais que se seguem: da população que tem acesso a algum tipo de renda, na cidade, 1% pertence à classe média alta, composta dos executivos das grandes empresas, negociantes grossistas e alguns segurados da Previdência Social; 9% pertencem à classe média, constituindo-se em sua maioria dos bancários, grande parte dos funcionários das grandes empresas e funcionários públicos federais, pequenos negociantes e uma pequena parcela de aposentados; 60% à classe pobre, englobando os pequenos funcionários federais, estaduais e municipais e empregados do comércio; 30% da classe pobre é composta dos pensionistas da Previdência Social, portadores de Pensão Vitalícia, trabalhadores avulsos e desempregados.

NOTAS

1. Leia-se em Cascudo, Luís da Câmara. Nomes da Terra.
2. Manoel Ferreira Nobre. Breves notícias sobre a Província do Rio Grande do Norte.
3. Um dos grandes problemas da cidade, aliás, sempre foi a água para o consumo humano. Inicialmente havia um poço com água potável que depois foi contaminada pelo sal. Passou-se então a se fazer o abastecimento com água transportada de outras áreas por caminhão e vendida pela prefeitura aos seus moradores. Somente mais tarde, é que o problema foi solucionado com o encanamento de água a partir do município de Pendências.
4. Marcel Jules Thiêblot. Os homens do sal no Brasil. S. Paulo, Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1979.
5. Cascudo, Luís da Câmara. op. cit.
6. Id. ibid.
7. Os meios de transporte entre Macau e os portos de Oficinas, Carão e outros eram as canoas. Entre estes últimos e o sertão do centro, leste, oeste e sul eram os carros de bois e comboios de animais.
Com o aterramento do rio e conseqüentemente dos portos mencionados, estancou o transporte fluvial, passando a ser utilizados o transporte ferroviário, o caminhão e o automóvel.

O FORTIM DA ILHA DE MANUEL GONÇALVES

LUIS DA CÂMARA CASCUDO

Quando o comte. Carlos Garrido estava escrevendo o seu "FORTIFICAÇÕES DO BRASIL" (Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1940) consultou-me sobre os fortins no Rio Grande do Norte.

Fausto de Souza, repetido por Anibal Amorim, citava o "FORTE DE MANUEL GONÇALVES". Impugnei o Fortim porque jamais encontrara a menor referência nos arquivos e livros. Carlos Garrido publicou seu trabalho ilustre e citou minha opinião.

Modifico a contestação. O Fortim existiu. Foi mandado construir e construíram-no, artilhado e solene. Nunca disparou um tiro. Mas não há dúvida de sua existência material.

Em História o fundamento absoluto é a documentária. Nenhum ser racional tem o direito de obstinar-se diante de um documento de autenticidade irrecusável.

A Secretaria do Governo de Pernambuco está publicando o "DOCUMENTOS DO ARQUIVO", agora no II volume (Recife, 1943). Nas páginas 62 a 73 estão as provas da origem do Fortim, ofícios do governador do Rio Grande do Norte, tenente José Inácio Borges, para o general Luis do Rego Barreto, Governador e Capitão General de Pernambuco, historiando um ataque de um navio corsário à ilha de Manuel Gonçalves, roubando, ferindo, matando, saqueando, impunemente pela falta de uma força defensiva organizada.

Com o que descobri na Secretaria Geral do Estado, seção do Arquivo, é possível acompanhar a micro-história do Fortim da ilha de Manuel Gonçalves.

A 12 de dezembro de 1818 a ilha de Manoel Gonçalves era muito habitada e constituía núcleo de exportação de peixe para o sul do país. Várias embarcações faziam essa cabotagem, carregando peixe, couros e sal.

Era Comandante do degredo da ilha de Manoel Gonçalves o sr. Alexandre José Pereira, muito doente, substituído,

nos acontecimentos, pelo sr. João Martins Ferreira.

Às 11 horas de 12 de dezembro de 1818 apareceu uma Escuna estrangeira, armada com doze canhões, em bandadas de seis, arvorando bandeira não identificada, a tres léguas da ilha, avançando e fundeando defronte da barra do rio Amargoso.

Até 18, a Escuna, que se dizia inglêsa, fez o que quiz. Saqueou as sumacas SANTA RITA GALATEA, de Pernambuco, PENHA, VITORIA, de Pernambuco, CONCEIÇÃO DAS ALMAS, de Paraíba. FLOR DO MAR, de Goiana, carregando os escaleres com massame, escravos, dinheiro, roupa, etc. Dispararam as armas para a praia, ferindo quatro moradores a bala. De 12 a 18 ocupou-se a guarnição da Escuna a tirar das sumacas o que lhe parecia útil, diante dos olhos assombrados da população que não podia reagir. Depois partiu a Escuna, tranquilamente, ancorando em Caissára e daí largou, mar alto...

José Inacio Borges mandou o Comandante da Vila da Princêsa, Manuel Varela Barca, prestar auxilio imediato... em 20 de dezembro. Num officio de 31 do mesmo mez, especie de relatorio, Borges historia ao Governador de Pernambuco o assalto, contando haver enviado duas peças de artilharia, cinquenta e dois tiros de metralha, seis artilheiros, algumas espingardas e suficiente cartuchame de mosquetaria e clavina ria, em tres jangadas, tudo entregue a um Cabo de Esquadra da Companhia de Linha por falta de um Oficial que me merecesse confiança.

Uma das jangadas, conduzindo o canhão, foi apresada pelo corsario em Caissára, a 22, ferindo um soldado que resistiu, sozinho, contra toda tripulação inimiga.

Imediatamente José Inacio Borges começou a construção do Fortim na ilha de Manuel Gonçalves, comunicando ao ministro Tomás Antonio de Vilanova Portugal, em 17 de dezembro de 1818, em plena confusão de noticias e terrores. A 12 de novembro de 1819 ainda o Fortim não estava concluído, autorizando o ministro Vilanova Portugal os auxilios dos moradores da Barra do Amargoso para maior rapidez da obra, conforme haviam solicitado a D. João VI.

Não conheço outros pormenores.

A ilha de Manuel Gonçalves, em janeiro de 1845, estava quasi deserta, invadida pelas aguas, possuindo apenas um Inspetor de Quarteirão, autoridade unica na terra que o Mar devorava.

Doze anos depois, em 1857, os roteiros de navegação anunciavam que a Ilha de Manuel Gonçalves deixára de existir...

"ACTA DIURNA"

JORNAL "A REPÚBLICA"

NATAL, 17 de julho de 1943

COMO MACAU SE TORNOU VILA

LUIS DA CÂMARA CASCUDO

Macau, cidade desde 9 de Setembro de 1875, fora elevada ao predicamento de Vila em virtude da resolução nº 158, de 2 de Outubro de 1847.

Essa resolução, sancionada pelo Presidente Casimiro José de Moraes Sarmento, transferia para a povoação a sede da Vila e paroquia de Angicos.

- A Vila e Paroquia d'Angicos da Comarca do Assú, passam com os mesmos limites e fóros de que gozam, a ter sua sede na Povoação de Macau do mesmo Município e Freguesia, tomando a denominação de Vila e Freguesia de Macau, ficando considerada a Capela de S. José d'Angicos com os mesmos limites do Distrito de Paz, em que se acha colocada.

Ha muita estoria nessa Historia de Macau porque stories are not History.

Datada de 4 de Setembro de 1845, com 138 assinaturas, os macauenses enviaram uma representação à Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte pleiteando a criação de freguesia e Vila para sua povoação. Chefiavam esse movimento o capitão Silverio Martins de Oliveira, Manuel José Fernandes, Francisco Martins de Miranda e João Martins de Capistrano Silva. As assinaturas denunciavam existência de forte núcleo econômico, 35 proprietários, 25 negociantes, além de Guardas Nacionais, todos sonhando autonomia local.

A representação fora lida na sessão legislativa de 10 de Outubro daquele 1845, e enviada às comissões reunidas dos Negocios Eclesiásticos, Fazenda, Justiça e Estatística. Os membros componentes, Bartolomeu da Rocha Fagundes, seu filho Vigário de igual nome (suplente em exercício), João Mar-

ques de Carvalho, João Nepomuceno Xavier de Mendonça, João Carlos Vanderlei, João Inácio de Loiola Barros e Manuel Gabriel de Carvalho, deram parecer favorável, três dias depois.

A tentativa falhou.

Em 25 de Setembro de 1847 os deputados José Henrique de Oliveira, João Inácio de Loiola Barros, Vitor José de Castro Barroca e José Lourenço de Almeida apresentaram o projeto da transferência de Angicos para Macau. Esse projeto consubstanciava os desejos dos macauenses noutra representação, datada de 23, em que voltavam a pedir o que haviam pedido em 1845. Curioso é que os moradores de Guamaré reagiram, em número de 29 pessoas, sacudindo para a Assembléa um protesto contra a pretensão de Macau.

O projeto, favoravelmente escorado num parecer, foi ao plenário a 28 de Setembro. Fonseca e Silva combatu-o. Tínhamos nessa Assembléa dois Luiz da Fonseca e Silva. João Carlos Vanderlei defendeu o projeto. O Presidente da Assembléa, dr. João Valentino Dantas Pinagé, passou a presidência ao vice, Loiola Barros, e foi ajudar João Carlos. Na segunda discussão, 30, houve debate entre João Carlos e Manuel Gabriel de Carvalho que era partidário da autonomia de Angicos. Na última discussão, 1º de Outubro, não apareceu quem quizesse usar da palavra. O projeto passou.

E Macau se tornou Vila.

"ACTA DIURNA"
 JORNAL "A REPÚBLICA"
 NATAL, 09 de Abril de 1944

CHICO MARIANO:

Calafate, Alvarengueiro... Boêmio*

MARLÚCIA PAIVA

A história de uma cidade confunde-se com a história de seu povo. Este dá-lhe alma, vida, continuidade. Geralmente, a história oficial relata a vida dos povos através dos seus "homens notáveis", os poderosos, mas se esquece de perguntar como Brecht: "a eterna Roma está cheia de arcos de triunfo. Quem os construiu?", ou "o jovem Alexandre conquistou a Índia. Conquistou sozinho?". O povo é sempre a massa anônima esquecida. Só aparecem os "notáveis". Quem, por exemplo, ainda sabe da existência de "Pintinha" em Macau? ou de "João Urubu"? É importante resgatar a memória popular da cidade. Nesse rol de vidas anônimas, uma, talvez nem tão anônima, destaca-se pela sua singularidade: a vida de Francisco Xavier da Silva, o Chico Mariano.

Quem é Chico Mariano? Como ele próprio se define é "um ilustre de mãos calosas (...) analfabeto de pai, mãe e vizinho".

Não é bem assim, Chico Mariano frequentou o mundo educacional da época, em Macau. Nascido em Alagamar, no ano de 1924, estudou "com Joana Inocência, aqui no Quadro da Conceição, professora particular, do tempo da palmatória"; depois, com Don'Ana Avelino e, por último, no saudoso Grupo Escolar Duque de Caxias "onde estudava a fina flor da sociedade Macauense", que possuía professores do porte de um Acrísio Freire. Ali fez até o 3º ano primário (1938). Isso mais ou menos era o que na época Macau tinha para oferecer em termos educacionais: algumas escolinhas particulares, que geralmente funcionavam numa das salas da casa da professora, e o Grupo Escolar Duque de Caxias, pertencente ao poder público.

* Trabalho realizado a partir de entrevista feita com Chico Mariano pelo Professor Zilmar Bezerra em 09 de março de 1984.

Era filho de José Mariano da Silva e Maria do Carmo da Silva. Ele zelador da casa da gerência da firma Henrique Lage. Ela cozinheira; antes exclusiva da casa da gerência, depois atendendo aos mais variados clientes, como diz Mariano: "quando vinha uma pessoa de fora, um governador, uma pessoa de destaque, ela era chamada para fazer os quitutes para a pessoa".

Desde jovem, com 13 anos de idade (1937), ingressou no mundo profissional de Macau. Foi ser ajudante de calafate.

"Calafetinho, calafeta meu navio
Calafetinho, calafeta meu navio
que as ondas do mar não são como as lá do rio
que as ondas do mar não são como as lá do rio..."

Logo depois, passou a ser pescador, para ajudar a família. O pai, depois de muito anos de trabalho, foi expulso da casa em que morava, por ordem do gerente da Henrique Lage, Manoel Diaz André.

Como pescador, Mariano passou a ajudar a mãe a criar duas irmãs e um irmão, pois o pai já estava velho. Repetindo a saga das crianças pobres, abandonou os estudos, para poder trabalhar e ajudar no sustento da família.

Em fins de 1938, então com 14 anos, foi trabalhar como salineiro, na Salina João Câmara Irmãos, vendida nesse mesmo ano ao grupo Matarazzo, de São Paulo. A penetração do capital do Sul na região ia modificando paulatinamente as relações trabalhistas locais. Com a venda da salina ao grupo Matarazzo, o novo trabalho abraçado foi o de auxiliar de mecânico, numa outra pequena salina. Em 1940, voltava à pesca.

Alguns anos depois, ainda menor de idade, como a grande maioria dos jovens macauenses de origem humilde, passou a trabalhar como barceiro "num botezinho motorizado, de nome Marreco", da empresa Henrique Lage. Ficou um ano e meio trabalhando sem que a empresa assinasse sua carteira de trabalho, como ele próprio diz: "minha carteira ficou no escritório. Ainda trabalhei um ano e meio e não embarcaram minha carteira. Quando saí do Marreco, Seu Pedro Higino, que

era o chefe do tráfego na época, me chamou para trabalhar na São Pedro. Pedi a ele que me embarcasse, que eu tinha passado quase dois anos desembarcado. Daí para cá eu vim trabalhando embarcado, como tripulante, até 1959". As grandes empresas infringiam a lei, sem o menor resquício de punição.

A partir de 1959, época de avanço das lutas populares no Brasil, os trabalhadores em Macau também ampliavam a sua organização. Conta Mariano: "Quando foi em 1959 (naquela época havia muito sindicato aqui em Macau), houve uma greve, na qual o navio Jacuí passou oito dias paralisado por conta dessa greve. Eu já vivia misturado com sindicato. (...) A greve foi por falta de pagamento. A empresa não pagou, outra não pagou... só vamos trabalhar quando todas pagarem (...) a decisão da assembléia foi a seguinte: só ir trabalhar quando o último marítimo recebesse o dinheiro".

Por causa dessa greve, que por sinal atingiu seu objetivo - o pagamento, Chico Mariano perdeu o emprego. A barcaça em que trabalhava, que pertencia a uma pequena empresa particular, deixou de receber frete das grandes companhias porque contava com ele entre seus tripulantes: "a causa teria sido eu que fui para o palanque da assembléia dizer ao povo que só fosse trabalhar quando o último marítimo recebesse dinheiro". Então, para não prejudicar os demais companheiros de trabalho, "eu vim, pedi meus papéis ao Sr. Newton Paulino e disse: a dor de oito é maior do que a dor de um: eu vou desembarcar". Perdeu o emprego e o prêmio relativo às férias, por "falta de dinheiro" do proprietário da barcaça.

Depois desse episódio, um grupo de companheiros o convidou para fundar o Sindicato de Práticos, Arrais e Mestres de Cabotagem e Transporte Marítimo de Macau. Apesar da oposição do Sindicato dos Marinheiros, já que isso significava uma divisão e conseqüentemente uma perda de contingente para esse Sindicato, foi criada a Associação dos Práticos, Arrais e Mestres de Cabotagem e Transporte Marítimo de Macau.

Enquanto aguardava a carta sindical da Associação recém-fundada, Mariano passou a gerenciar o Bar Rochedo*.

* O Bar Rochedo marcou época na sociedade macauense. Estrategicamente localizado no centro da cidade, era uma mistura de bar, local de danças e jogos.

"A essa altura dos acontecimentos, eu viajava: fui ao Rio duas vezes, ia sempre a Natal (...), até que veio a carta do sindicato", do qual tornou-se presidente.

Contraditoriamente, em 1960, já presidente de sindicato, Chico Mariano passou a ser procurador de dezesseis empresas de navegação local, junto à Comissão de Marinha Mercante, no Rio de Janeiro. Na época, essa Comissão financiava as embarcações de capital privado. Mariano trazia do Rio de Janeiro o dinheiro destinado a essas empresas e depositava num banco em Mossoró, pois Macau não possuía esse tipo de instituição financeira, apesar de seu grande movimento comercial. Ele acha que a procuração lhe trouxe aceitação por parte da sociedade local: "os armadores de Macau precisavam de mim, (...) de forma que a visão foi melhorando um pouco para mim. Foram achando que eu era um rapaz trabalhador, que era uma figura de importância ao ponto de fazer isso. Antes, a sociedade de Macau me tinha como um espinho na garganta, porque eu era um camarada que tomava as decisões, que ia ao Sindicato dos Marinheiros, chegava lá e dizia: olhe, é para fazer isso, nós estamos sendo prejudicados por isso, vamos a procura daquilo, vamos fazer um memorial, mandar ao Presidente da República, dizer o que está se passando aqui".

O depoimento retrata a articulação e a força dos sindicatos à época. Além de trabalharem conjuntamente, existia uma independência que os levava a reivindicar até ao Presidente da República. Imagine, pequenos sindicatos de uma pequena cidade com tal poder de reivindicação. No entanto, observa-se também a contradição, ou falta de consciência de classe: um presidente de sindicato das classes trabalhadoras como procurador de empresas capitalistas (embora de pequeno porte), cuidando dos interesses das classes produtoras.

Nas viagens que fazia ao Rio de Janeiro, Mariano, tornando-se conhecido, foi convidado para ocupar o cargo de Conselheiro da Federação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Marítimos, Aéreos e Fluviais: "passei a ser um Conselheiro e tomava parte de muitas reuniões que havia no Ministério do Trabalho e outras coisas. Até CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito - eu tomei parte, naquele caso de Carlos

Lacerda, do pessoal do Rio da Guarda. Lacerda tinha mando jogar os homens lá fora. Mas não houve nada disso, não foi o Carlos Lacerda, (...) foram os policiais".

Na época, Mariano acumulava as funções de Conselheiro da Federação, Presidente do Sindicato, Procurador da Comissão da Marinha Mercante. "Certo dia, chegando ao Rio de Janeiro (...) lá no I.A.P.M. (Instituto de Aposentaria e Pensão dos Marítimos), para assistir uma reunião do Conselho, me disseram: me diga uma coisa, você quer ir para Natal como Delegado Regional do I.A.P.M.? Vou. Isso já em 63. Aí vim. (...) Eu nunca disse não. Tudo que me mandavam fazer eu ia. Os outros não faziam, por que eu não podia fazer? Apenas por ser um ilustre de mãos calosas, que ainda sou, analfabeto de pai, mãe e vizinho? Mas, mesmo assim, eu aceitava o que me davam".

Assumiu, então, o cargo de Delegado do I.A.P.M. em Natal. Contou, na administração, com a valiosa ajuda do Dr. Carlos Antonio Varela Barca, o mesmo que lhe informou a sua demissão, pelas forças militares do movimento de 1964. O próprio Mariano conta: "quando vou chegando de manhã não pude entrar na Delegacia do I.A.P.M., cheio de militar, mas, mesmo assim, pedi uma licençazinha a eles, eles me deram (...) Foi em abril de 1964. Fim de março para começo de abril, porque a gente não pode dizer que foi no dia 19 de abril, porque é o dia da mentira. Eu fui demitido no dia 2 de abril de 1964. Vim embora pra Macau. Quando foi em maio, houve várias prisões por perseguição. Mas, quando eu fui preso, estava absolutamente tranqüilo... porque quantos "doutores" não tinha aqui em Macau, em Mossoró, em Natal, deputado, puxa-saco, o diabo a sete, e eu... saí da proa de uma barcaça com os olhos cheios de fumaça, sem nenhum grau de escolaridade, chegar a ser Delegado Regional no Estado. Eu acho que feriu muito a sociedade. Por causa disso, é que fui preso. Outra causa não houve (...) Quando saí do xadrez fiquei de pé, porque eu li um negócio muito importante, quer dizer, o desgraçado não é o que cai, é o que não se levanta".

Depois da prisão, Chico Mariano voltou para Macau e continuou trabalhando. Foi quando, em 1965, com a CIRNE ins-

talada em lugar da Companhia Comércio e Navegação, seu gerente mandou chamá-lo para tentar transformar barcaças da empresa em alvarengas. Isto significava transformar barcos à vela em barcos sem mobilidade própria, precisando apenas de um rebocador motorizado, o que a CIRNE já possuía, para conduzi-los até os navios, que ficavam distantes da cidade, no alto mar. Além disso, o regime de trabalho sofreria mudança fundamental: a tripulação, que era mensalista, passaria a ser avulsa, contratada eventualmente.

Isso representou uma enorme perda para os marítimos e um grande lucro para as empresas. Mas a essa altura o povo estava sem força, com a capacidade de luta reprimida. Mariano aceitou a incumbência e, depois de alguns preparativos, foi ao Sindicato dos Marinheiros relatar os novos fatos: "Fui ao Sindicato dos Marinheiros. Tinha um número muito grande de marítimos já desembarcados e pedi uma assembléia; aí pedi que os marítimos aceitassem aquilo. Não tinha outra coisa, não tinha nada para fazer (...) seria bom para os marítimos eles trabalhem avulsos na alvarenga, porque eles estavam garantindo o Instituto deles. No amanhã eles precisavam daquilo (...) e iam se ver em dificuldades, mais tarde. Então eles não quiseram, me rejeitaram e criaram um slogan - mata Chico Mariano e acaba esse negócio de alvarenga. (...) Fui ao delegado de polícia e perguntei se podia andar armado e ele disse: pode. Aí eu andava armado com um 38 na cintura".

O desmantelamento da organização operária era evidente: a grande maioria dos líderes presos, as bases trabalhadoras sem orientação, a repressão em cima dos operários, os patrões protegidos. Em 15 de setembro de 1965, saiu para trabalhar o primeiro contingente de trabalhadores avulsos da CIRNE. Depois a Henrique Lage fez o mesmo e Chico Mariano tornou-se o líder da nova categoria: a dos alvarengueiros.

Entretanto, conta ele, "apareceu um fato novo: deram parte de mim, porque eu tinha sido preso pela Revolução, tinha voltado mais forte do que antes da Revolução. O capitão do Porto mandou me chamar e disse que eu chegasse aqui em Macau e a primeira pessoa que eu encontrasse na porta do sindicato eu entregasse toda a documentação das alvarengas, que a Revolução não admitia comunista. (...) Eu vim, e quan-

do cheguei aqui entreguei. Receberam, ficaram ricos, compraram carros, hoje estão falidos. (...) Terminou vindo a catástrofe do Porto Ilha, aí, nada mais de alvarenga, de coisa nenhuma".

O Porto Ilha foi golpe final para a população trabalhadora de Macau, e quiçá para toda a população da cidade. Segundo Mariano, a idéia do Porto Ilha foi de Paulo Ferraz, antigo dono da Companhia, Comércio e Navegação, que trouxe inclusive técnicos alemães e franceses para estudar a viabilidade do projeto. Mas, diz ele. "Macau infelizmente nunca teve um homem que tomasse à frente das coisas, quer dizer, um político que pelo menos soubesse pedir. E aparece Antonio Florêncio que vem do Rio de Janeiro, (...) veio para aqui e se fez candidato a deputado Federal e o povo do Mossoró o conseguiu eleger em troca dele levar o Porto Ilha para lá, para Areia Branca. E ele eleito, chegou lá e pediu e deram a ele. Para Macau não tinha quem pedisse, Paulo Ferraz era um terceiro. (...) Então, foi esse o motivo do Porto Ilha ter ido para Areia Branca".

Inicialmente a CIRNE continuou transportando sal de Macau para o Porto Ilha e Mariano aí trabalhou como Arrais. Entretanto, pelo fato de ser uma companhia industrial e não empresa de navegação, a CIRNE (então pertencente ao grupo AKZO) foi proibida de fazer esse transporte, a não ser que modificasse sua estrutura. Preferiu não mudar. Por isso mesmo, vendeu todas as suas barcaças. "Macau ficou que não tem hoje um marítimo. Os marítimos hoje são todos de Areia Branca, (...) ao passo que se o Porto Ilha tivesse sido feito aqui... Macau seria um outro Macau".

Por causa de todos esses problemas a situação social e econômica da cidade entrava em crise. Um grande percentual da sua população teve que abandoná-la. Segundo Mariano, quem sofreu as conseqüências foi o INPS, "porque o número de gente desempregada não tinha para onde ir, não tinha onde se alojar, o ouro de Macau era o marítimo, só sabia fazer aquilo. O marítimo não sabia tirar sal na salina, o salineiro não sabia botar o pano de uma embarcação, não sabia navegar. (...) Aí a situação pegou. A mão-de-obra passou a ser

mecânica, porque o sal, que se colhia com 2500 homens, passou a colher com 18 por turno. O mesmo sal, quer dizer, muito mais sal. Aí veio a economia para a firma. Primeiro era a economia da previdência social, por causa dos encargos sociais é que ela deixou de pagar 2500 homens, ficou pagando 18, para fazer o mesmo serviço. Isso tudo quem teve de sustentar foi o Instituto. E muita gente disse que o médico deu atestado gracioso, mas eu acho que não, ele não deu atestado gracioso. Os médicos aqui haviam aposentado porque o sujeito que trabalha dez anos descarregando uma barçaça está acabado. Ele pode aguentar vinte descarregando batata, mas com dez anos de barçaça, ele está acabado. Então, os médicos aí colaboraram com o próprio governo, para que o problema social não crescesse mais. E hoje Macau é uma cidade que vive só de Instituto, só... Todo mundo fica em casa".

Chico Mariano não é apenas calafate, pescador, auxiliar de mecânico, barcaceiro, arrais, líder sindical; é também, acima de tudo, um boêmio que gosta da poesia de Augusto dos Anjos e de Aparicio Fernandes. E se declara habitante do bar de Gessem: "se não estiver lá, não estarei em Macau".

MEMORIAL DE PENDÊNCIAS*

Dirigido à Assembléia Legislativa do Estado, pelo povo de Pendências, pleiteando a elevação da Vila do mesmo nome, à categoria de cidade.

O presente Memorial foi escrito pelo nosso companheiro de redação, Manoel Rodrigues de Melo, um dos pioneiros do movimento de emancipação da Vila de Pendências. Como baluarte daquele movimento é de justiça salientar os nomes do Coronel Pedro Alves de Medeiros, do deputado Hélio Dantas e do Sr. Leônidas Medeiros que, ao lado do autor desse documento, tudo fizeram para ver realizadas as aspirações do povo de Pendências. O Memorial de Pendências que provocou debates tão calorosos na Assembléia Legislativa do Estado, recebeu o apoio integral da bancada do Partido Social Progressista, nos dois turnos da batalha parlamentar, e do Partido Social Democrático no segundo turno, que lhe deu, incontestavelmente, a vitória definitiva. Votaram ainda os deputados José Nicodemos e Ramiro Pereira, do P.T.B. e Alfredo Mesquita Filho, dissidente do P.S.T. O Memorial está assinado por mais de mil e quinhentas pessoas, cujos nomes deixamos de publicar por falta de espaço.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

Senhores Deputados:

O povo de Pendências, pelas suas figuras mais representativas, comerciantes, agricultores, criadores; pelas suas famílias, pobres, médias e ricas; pelos seus operários de todas as condições, trabalhadores de rua, homens do eito, carreiros, tropeiros, motoristas e ajudantes de caminhão, carregadores d'água, vendedores de lenha; por todas as classes que representam realmente as forças produtoras do Distri

* Transcrito da Revista BANDO, Ano V, Vol. III, nº 5, maio-junho, 1954, Natal - Rio Grande do Norte - Brasil.

to e ainda pela juventude das Escolas públicas e particulares que representa o futuro desta terra, vem, pelo presente Memorial, expor a V. Ex^{as}. o seguinte:

HISTÓRIA

Historicamente, Pendências tem o seu nome ligado às lutas mais importantes da Capitania, quando as bandeiras paulistas e baianas fazendo pressão sobre as tribos do sertão do Açu, eram muitas vezes destroçadas pela tenacidade e violência dos índios Janduis e seus aliados. Ernesto Ennes, (1) historiador português, e o brasileiro Afonso Taunay (2) são as maiores autoridades nessa questão.

RAZÕES DO TOPÔNIMO PENDÊNCIAS

A palavra Pendência, dominante em todos os documentos da colonização, teve ali emprego especial, passando imediatamente ao sítio em que mais ferozes se tornaram as lutas entre colonizadores e indígenas, conforme documento do tempo:

"Senhor Capitão-mor e Governador. Diz o Capitão Francisco da Costa Teixeira que para bem de sua justiça lhe é necessário o traslado de uma data do Sítio Curralinho da Praia da Ribeira do Açu que pega da Lagoa chamada as Pendências para baixo, cuja data tirou o defunto meu pai, o Sargento-mor José de Moraes Navarro. Pede a Vossa Mercê seja servido mandar-lhe dar o traslado da dita data. E receberá mercê" (3).

Esse documento é de 1712, mostrando, portanto, a ancianidade do topônimo em questão, plenamente atual nos dias de hoje, daí porque se torna imperiosa a sua manutenção.

A localização do topônimo, ao lado direito do rio Açu, despertou desde logo a atenção do bandeirante José de Moraes Navarro, Sargento-mor de um dos Terços dos Paulistas

que o requerem ao Capitão-mor e Governador da Capitania, em paga dos relevantes serviços prestados a El-Rei nas guerras travadas contra os índios do Açu, quinze anos antes do documento referido.

CASA GRANDE E CAPELA

Em 1861 foi construída a Casa Grande, de Felix Rodrigues Ferreira, que determinou, com as suas tradicionais novenas de São João, a construção da Capela dedicada ao mesmo Santo, em 1895. Estes são os começos da povoação, hoje Vila de Pendências. Com o aumento da população, edificação da primeira "rua" foi se desenvolvendo a Vila macauense.

MERCADO PÚBLICO

Em 1925, um homem de visão, Luís Gonzaga Bezerra Lima, construiu o atual Mercado Público, numa das mais belas praças do lugar. E a povoação foi crescendo cada vez mais.

BARRAGEM E GRUPO ESCOLAR

Na Interventoria Mário Câmara, graças ao trabalho de Tristão Cisneiro de Góis, junto ao Interventor, seu grande amigo, foram construídos dois grandes melhoramentos: A barragem da Pendência de Cima e o prédio das Escolas Reunidas, transformadas em Grupo Escolar, no Governo José Varela. (4) Graças ao trabalho e esforço dos seus habitantes e dos Governos do Município e do Estado possui a Vila atualmente os seguintes melhoramentos:

- I - Igreja
- II - Mercado
- III - Cemitério
- IV - Grupo Escolar
- V - Escola Rural

- VI - Agência de Correio
- VII - Telefone e Morse
- VIII - Agência de Rendas Estaduais
- IX - Cartório
- X - Luz Elétrica

A Constituição Estadual, de 25 de novembro de 1947, Título V - do Município - Capítulo I - Organização do Município, tratando da criação de novos municípios exige no seu Art. 74 o seguinte:

- I - População mínima de 10.000 habitantes;
- II - Receita tributária anual mínima de 50.000 cruzeiros;
- III - Existência, na sede, de cem moradias, pelo menos, além de prédio adaptável ao funcionamento da prefeitura;
- IV - Mercado, matadouro, açougue e cemitério.

A Vila de Pendências, pela demonstração feita no primeiro quadro deste Memorial, esta perfeitamente enquadrada nas exigências constitucionais.

Senão vejamos:

I - População

A população do Distrito, segundo o Recenseamento de 1950, é de 8.294 habitantes, sendo 4.069 homens e 4.225 mulheres. Esses algarismos distribuem-se por todo o Distrito no seguinte modo: - Quadro urbano, 190 homens e 266 mulheres; Quadro suburbano, 757 homens e 820 mulheres; Quadro rural, 3.122 homens e 3.139 mulheres. (5) Durante esses três anos que nos separam do recenseamento de 1950 é lógico admitir-se que a população de Pendências aumentou para mais de 10.000 em virtude da grande e extraordinária fecundidade do nosso povo, demonstrada pelo enorme crescimento da população do Brasil, especialmente grande área do nordeste brasileiro onde as famílias são invariavelmente numerosas, graças à sua enorme capacidade procriadora.

II - Receita

A receita do Distrito, mesmo nos anos maus, tem mantido invariavelmente um standar que sobrepuja as exigên-

cias da Constituição Estadual. Para documentar o nosso ponto de vista citaremos apenas o quinquênio de 1947 a 1951:

1947	54.365,80	
1948	73.504,00	
1949	79.055,20	
1950	72.390,90	
1951	<u>60.272,20</u>	339.588,10

Além dos tributos cobrados pela sede do município, naquele Distrito, deve ser levada em conta a grande contribuição de Pendências para o Tesouro do Estado.

Vejamos, por exemplo, o quadro da receita estadual, no mesmo quinquênio:

1947	67.485,00	
1948	123.947,10	
1949	109.821,80	
1950	129.412,20	
1951	<u>163.120,30</u>	593.786,40

Dificuldades causadas na busca de dados sobre a arrecadação da União, neste Distrito, obrigam-nos a silenciar esse aspecto da sua vida econômica e financeira que viria, sem dúvida, provar à sociedade e grande poder econômico do Distrito e as grandes possibilidades que ele realmente apresenta, para o futuro.

Mas os números acima falam bem alto do potencial econômico que lhe representa.

Lembramos, de passagem, que os algarismos acima poderão ser sensivelmente aumentados desde que seja criado um aparelho arrecadador à altura das necessidades.

III - Cem moradias

O número III dispõe que para criação do novo município será preciso que o Distrito candidato a essa distribuição tenha pelo menos "cem moradias", além de prédio adaptável ao funcionamento da Prefeitura.

Ora, ainda sob esse aspecto, Pendências está não só dentro dos preceitos legais, como até só reexcede a essas exigências quatro ou cinco vezes mais.

O número de casas existentes no Distrito, compreendendo a zona urbana, suburbana e rural é de 1.038. As habitações existentes na Vila se elevam a mais de 500.

V - Mercado, matadouro, açougue e cemitério

O mercado de Pendências é, sem contestação, um dos velhos e mais amplos do Estado. Construído em 1925 por Luís Gonzaga Bezerra Lima, mantém inalteráveis as linhas arquitetônicas da planta primitiva, não obstante os melhoramentos internos realizados posteriormente pelos Prefeitos João Fernandes de Melo e Albino Gonçalves de Melo.

O cemitério, construído graças à ação apostólica de Frei Caetano Benvenuti, quando ali esteve em 1905, recebeu o concurso da população local, e, de modo especial, de Manuel Alves Barbosa de Medeiros, doador do terreno em que está localizado.

Ultimamente, graças ao trabalho do prefeito Albino Gonçalves de Melo, foi o mesmo ampliado, satisfazendo plenamente as necessidades da população.

É de lamentar apenas que os Prefeitos do Município não se tenham ainda advertido da necessidade da construção do Matadouro numa Vila, cujos foros de civilização podem ser confrontados com os das mais importantes cidades do Estado.

OUTROS FATORES DE PROGRESSO

As propriedades agrícolas sobem ao montante de 625. As fazendas de gado vão além de 51. Descaroçadores de algodão são inúmeras. As casas comerciais, inclusive escritórios e armazéns grossistas sobem a mais de 60. As escolas públicas, estaduais, municipais e cursos de alfabetização de adultos atinge a 26. A população escolar é de 973 crianças em todo o distrito. Além da Igreja da Vila funcionam mais duas capelas, todas pertencentes ao culto católico. Afora o cemitério da Vila propriamente dito possui o Distrito dois outros cemitérios na zona rural.

INDÚSTRIA, AGRICULTURA E COMÉRCIO

O Distrito de Pendências é a zona agrícola por exceção do Município de Macau. Estendido à margem direita do rio Açu possui o Distrito excelentes terras aluvião - onde prospera o algodoeiro, multiplicando as colheitas. Ali se ergue em quantidade inumerável a carnaubeira, cuja influência, na construção da casa do varziano, na preparação de móveis e utensílios caseiros e de uso doméstico, é de todos conhecida, sem falar no alto valor econômico do seu principal produto: a cera.

A batata doce, o feijão de corda, o melão, a melancia, o arroz, o jerimu têm nas terras do Distrito o seu habitat preferido.

PEIXE

A barragem da Pendência de Cima é digna de menção pela grande quantidade de peixe ali apanhado por ocasião das safras desse produto. Um pequeno trabalho de limpeza, destocamento, escavação da mesma com o respectivo conserto da parede daria margem a um grande viveiro de peixe capaz de abastecer todo o Distrito.

TERRENOS DE ARISCO

O Distrito possui ótimos terrenos de arisco que se adaptam perfeitamente às ligeiras culturas como o feijão, milho, jerimu, agave, algodão. Há legumes que se adaptam magnificamente à construção de um ou de dois grandes açudes, barragens, etc.

TERRENOS DE SALINA

Na zona norte-leste do Distrito estendem-se os terrenos de salina, pertencentes a moradores residentes no Dis

trito que vêm desde tempos imemoriais.

As salinas do Moreira, dos Barreiros, Aroeiras, Espinheiro, etc. todas ficam dentro do Distrito de Pendências.

POVOAÇÕES

O Distrito de Pendências é, atualmente, o mais importante do Estado, Anfilóquio Câmara, (6) com a autoridade que lhe assiste, nesses assuntos, estudando em 1944, os povoados do Rio Grande do Norte, dava a Pendências, então Independência, quatro povoações: - Alto do Rodrigues, Bamburral, Estreito, Tabatinga. Hoje, esses povoados, acrescidos de outros, como Pedrinhas, Porto do Carão, Ilha de São Francisco, Boa Vista, estão desenvolvidos, merecendo por isso sua transformação em novas Vilas e Distritos.

LIMITES NATURAIS

Há um erro na política brasileira que tem ferido de morte as instituições. O município tem sido uma das mais atingidas por esse erro. Queremos nos referir ao veso antigo e por isso mesmo crônico de se fazer predominar o "fato político" sobre o "fato natural".

Na criação dos municípios o que tem prevalecido, infelizmente, é o interesse político, relegando-se a plano secundário as condições ecológicas e naturais de cada unidade municipal.

Sejamos claros e tentemos um exemplo.

Abordaremos, tão somente a situação do Distrito de Pendências. Mata virgem, morada de índios e de feras, passou a ser batida de 1812 em diante por botas de bandeirantes em luta com os índios.

Daí surgiram as "Pendências" que determinaram o nome da Lagoa, hoje dos "Medeiros". Fazenda de gado, em 1861 construiu Félix Rodrigues Ferreira a Casa Grande, onde feste

java todos os anos as novenas de São João Batista. A Casa Grande, com o progresso do seu dono determinou a Capela. Esta fez surgir a primeira "rua" em forma de L. A "rua" sugeriu a primeira "feira" localizada no quadro de São João, de onde saiu em 1925 para o atual Mercado.

Numa distância de poucos quilômetros, à medida que OFICINAS, ROSÁRIO e PORTO DO CARÃO regrediam comercialmente, PENDÊNCIAS evoluía, aumentando o número de casas comerciais e também de comércio.

Vários fatos determinaram a nosso ver, a ascensão total de Pendências sobre os três agrupamentos vizinhos: 1º - o aterramento do rio do porto do Carão, extinguindo o comércio de mecadorias e passageiros para Macau e vice-versa; 2º - o aparecimento do caminhão e do automóvel, possibilitando o intercâmbio entre Pendências, Macau, Açú e as demais cidades do Estado; 3º - a feira dinamizando as transações comerciais e atraindo vendedores e compradores de todos os feitios; 4º - as inundações do rio Açú, desbaratando, vez por outra, as casas e bens dos varzianos determinaram a construção de casas nos taboleiros de Pendências.

Diminuídas sensivelmente as relações marítimas entre a cidade de Macau e o porto do Carão, e ao mesmo tempo dificultados as comunicações da cidade do Açú com o baixo vale pela distância que separa esses lugares, das sedes municipais, logicamente as populações do baixo Açú, da Ilha de São Francisco, de Pedrinhas e do Porto do Carão se encaminhariam para a povoação de Pendências, não só para fazer as suas compras no meio da semana, como para a feira aos domingos, e muito especialmente para as três festas do ano - Natal, Ano e Reis, como para casar e batizar os filhos, servir de padrinhos, assistir às festas de São João Batista com as suas remujejantes vaquejadas, bem assim as Santas Missões Apostólicas, pregadas por Frei Damião e pelos seus companheiros de Ordem.

Esses fatos, pela força do hábito, se constituíram em costume. E costume para o povo que o pratica é lei natural, contra a qual ninguém poderá se insurgir, sob pena de perder o tempo e latim...

Esse costume que nasceu das condições naturais e ecológicas do Distrito de Pendências, da sua localização especial vai além dos limites geográficos do Distrito, interessando grande parte da população dos municípios de Macau e do Açu. Basta dizer que as populações de Pedrinhas, Porto do Carão, Ilha de São Francisco, Barreiras dos Cazumbas, Boa Vista e Espinheiro, no município de Macau, e as do Cobé, Vidéo, Oficinas, Currálinho, Alto das Ovelhas, Rosário, Saco, Xambá, Tabatinga, no município do Açu, todas elas compram e vendem na Vila de Pendências, vão às feiras, às festas, tomando parte em todos os atos da vida local.

Esses fatos são de tal modo reais que os limites da Delegacia de Polícia de Pendências abrangem, pela sua proximidade, Pedrinhas, Porto do Carão, Ilha de São Francisco e Boa Vista, na parte norte-leste do Distrito.

E não se diga que é uma excessão porque as escolas localizadas nesses núcleos de povoamento estão subordinadas ao Grupo Escolar da mesma Vila.

Os impostos municipais são igualmente cobrados pelo fiscal de rendas de Pendências. O mesmo se dá com os impostos estaduais que são arrecadados pela Coletoria do Distrito.

No plano religioso a situação é idêntica. Os moradores desses lugares casam-se e batizam os filhos na Igreja de Pendências.

Porque, então, dividir uma coisa que por natureza está tão unida?

Não haverá precipitação em dizer-se que os limites geográficos, dados ao Distrito de Pendências, na última divisão administrativa e judiciária do Estado, merecem uma revisão.

Revisão porque vão de encontro a todas as leis naturais da região e esmagam de maneira tirânica e violenta os mais sagrados direitos da pessoa humana, baseados no costume e na tradição que o povo criou há mais de três séculos.

Por isso julgamos que os limites geográficos do fu

turo município de Pendências só poderão ser aqueles que respeitem de modo integral e perfeito o direito natural dos seus moradores e não os impostos por conviniências e interesses políticos de quem quer que seja.

O Decreto 603, de 31 de outubro de 1938 (Anexo nº 1) que fixou o Quadro da Divisão Territorial, Administrativa e Judiciária do Estado do Rio Grande do Norte, para o quinquênio de 1º de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943 criou o Distrito de Independência (antiga Pendências) com sede na Vila do mesmo nome. Por esse Decreto, (Anexo nº 2) as divisas interdistritais entre Macau e Independência ficaram sendo as seguintes:

"Começa à margem direita do rio "Açu", na confrontação do lugar "Pedrinhas" (Macau), segue daí, pelo curso do mesmo rio acima, até o ponto onde alcançar o limite com o município de Angicos". (7)

Esses limites, como se vê, além de não consultarem aos interesses administrativos e judiciários das suas circunscrições, violam o direito natural das populações ribeirinhas, especialmente as de Pedrinhas, Porto do Carão, Ilha de São Francisco, Feijão Brabo, Coronheiras e Barreiros das Caçumbas, Boa Vista, Espinheiro e outros mais, uma vez que esses núcleos de população sempre estiveram ligados pelos mais diferentes laços de solidariedade parental, social, econômica, política, religiosa, com a Vila de Independência, tradicionalmente conhecida pelo nome de Pendências.

Esses lugares, pela sua localização especial, pela sua proximidade da Vila de Pendências, pela gama de interesses mútuos que se vem estabelecendo entre eles e a Vila macauense não podem nem devem ficar subordinados ao município de Macau, porque, neste caso, seria constrangê-los a ficar no desamparo em que sempre têm vivido, sem crédito, sem assistência médica, sem assistência judiciária, sem escolas, sem auxílio de espécie alguma, sujeitos ao fatalismo crônico do nosso caboclo que nasce, vegeta e por fim morre sem a mínima noção do que seja governo e suas instituições.

Além disso, comparadas as distâncias desses lugares entre a cidade de Macau e a Vila de Pendências, as diferen-

ças são astronômicas, especialmente se nos lembramos de que os meios de locomoção são inteiramente diversos. Enquanto os moradores daqueles lugares viajam um dia a cavalo ou a pé para resolver um negócio na cidade de Macau fazem em poucas horas ou minutos indo à Vila de Pendências.

Documentamos o nosso ponto de vista.

Anfilóquio Câmara, extraordinário conhecedor dos assuntos históricos e geográficos do nosso Estado, deu-se ao trabalho de registrar com precisão esses dados, nas Tâbuas Itinerárias - Meio de Comunicação (8) que publicou quando Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística.

DISTÂNCIAS

De Macau a Independência, por auto 27,0

De Macau a Independência, via Boa Vista (20,0) Pedrinhas (30,6) por auto 34,1.

Confrontamos esses números com as distâncias entre Pendências, ex-Independência, veremos a disproporção absoluta que existe entre os dois quadros.

De Independência à Pedrinhas, se muito dois quilômetros.

De Independência ao Porto do Carão, se muito quatro quilômetros.

De Independência à Ilha de São Francisco, se muito quatro quilômetros.

De Independência às Barreiras dos Cazumbas, se muito seis quilômetros.

Ora, pelos dados acima parece que a lógica e o bom senso mandam que admitida a elevação do Distrito de Pendências a Município fiquem esses lugares subordinados ao futuro município de Pendências e não ao município de Macau, contra todas as leis naturais e ecológicas que regem a vida das populações rurais.

Prossigamos, porém, na exposição do nosso ponto de vista.

O Decreto-lei nº 268, de 30 de dezembro de 1943, (Anexo nº 2) manteve as divisas interdistritais de Macau e Pendências, ex-Independência, nos seguintes termos:

"Começa à margem direita do rio Açu, na confrontação do lugar Pedrinhas, (Macau), segue daí, pela linha reta rumo leste, ao rio Salgado e daí, pelo curso do mesmo rio acima, até o ponto onde alcança o limite com o município de Angicos". (9)

Já a Lei posterior nº 146, de 23 de dezembro de 1948, (Anexo nº 1), fixando o Quadro da Divisão Territorial e Judiciária do Estado para o quinquênio 1948-1953 recuou os limites de uma maneira curiosa e sui-generis, dando-lhe o seguinte traçado:

"Começa à margem direita do rio Açu, meio quilômetro ao sul do centro do lugar Pedrinhas do município de Macau; segue por um alinhamento reto, em direção ao leste, até o lugar do marco, à margem esquerda do rio Amargoso, também conhecido por Salgado; segue pelo curso do mesmo rio à montante, até alcançar o limite com o município de Angicos". (10)

O centro do lugar Pedrinhas, a que se refere o legislador, se não é uma charada ou um quebra cabeça, deve ser um enigma de difícil solução.

Centro de que? da povoação ou da área territorial que tem o nome de Pedrinhas.

Não está claro. O legislador, desconhecendo, naturalmente, a região, deixou se levar por informações suspeitas, de pessoas interessadas em suprimir do Distrito de Pendências aqueles lugares que se alimentaram e cresceram à custa do seu sangue.

Felizmente ainda é tempo de corrigir o equívoco, tão natural entre aqueles que agem de boa fé.

O que não podemos perdoar é a malícia dos que agindo à socapa, sob o pretexto de informações exatas tentaram ludibriar a boa fé dos técnicos e também do governo que assinou o decreto em questão.

Mas, afinal, chegou, por fim, a hora de reconquistar o pedaço de terra usurpada ao Distrito de Pendências.

Reconquistar o trecho usurpado e reaver os tratos que por direito natural lhes pertence, como ficou atrás demonstrado, é o nosso dever.

O Povo de Pendências, portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, usando do direito que a Constituição lhe faculta, vem pelo presente Memorial, solicitar de Vossas Excelências a leitura atenta deste documento, e, por fim, se Vossas Excelências julgarem o seu Distrito merecedor de ser elevado a Município, em confronto com os demais indicados à mesma distribuição, espera que a palavra de Vossas Excelências seja apenas esta: - SIM, votamos pela elevação do Distrito de Pendências a Município, porque ele bem o merece, e assim manda a nossa consciência de legisladores.

Antecipadamente, o Povo de Pendências agradece a Vossas Excelências esse nobre gesto de compreensão e cavalheirismo que bem atesta a superioridade e elevação com que Vossas Excelências encaram os grandes problemas do Estado e do Povo.

Pendências, 27 de julho de 1953.

BIBLIOGRAFIA

- 1 - Ernesto Ennes. As Guerras nos Palmares. 1ª vol. Brasiliana. 1938. São Paulo.
- 2 - Afonso Taunay. A Guerra dos Bárbaros. Revista do Arquivo Municipal. nº XXII. Departamento de Cultura. São Paulo. 1936.
- 3 - Traslado de Escritura Pública pertencente a Nilo Medeiros, da Boa Vista.
- 4 - A República. Natal.
- 5 - Censo Demográfico. 1950. pág. 13.
- 6 - Povoados do Rio Grande do Norte, em 1943. e Populações Urbanas e Rurais. Natal, 1944.
- 7 - Divisão Territorial do Estado, de 1939 a 1943. pág. 23. Imprensa Oficial. Natal.
- 8 - Tábuas Itinerárias. Meios de Comunicação. 1939. pág. 45.
- 9 - ?
- 10 - Lei de Divisão Administrativa e Judiciária, (Anexos). Departamento de Imprensa. 1951. pág. 38.

Notas de
de
Textos
União
to